

DOI: 10.47456/6wmk2f14

Concepções de pobreza e de desigualdade social na perspectiva de estudantes de cursos de licenciatura

Conceptions of poverty and of social inequality from the perspectives of undergraduate students

Apoliana Regina Groff
Adir Valdemar Garcia

Resumo: O estudo traz resultados de pesquisa que analisou as concepções de pobreza e de desigualdade social de estudantes de cursos de licenciatura. Trata-se de pesquisa qualitativa, que adota a perspectiva materialista histórico-dialético. O instrumento utilizado foi um questionário *online*. Participaram 35 estudantes de 11 licenciaturas da Universidade Federal de Santa Catarina. As respostas foram analisadas considerando as concepções de pobreza e de desigualdade social, e a visão teórico-política em relação às causas e soluções desses fenômenos. A maioria apresentou concepções com viés político, ou seja, sem fazer referência direta à dimensão econômica, como também uma visão socialdemocrata em relação as causas e soluções. Conclui que os/as estudantes possuem uma formação com perspectiva crítica, prevalecendo, contudo, uma compreensão ideologizada da ordem social capitalista.

Palavras-chave: pobreza; desigualdade social; ensino superior; cursos de licenciatura

Abstract: The study brings results from a research that analyzed the conceptions of poverty and of social inequality of undergraduate students. It is a qualitative research that adopts the historical-dialectical materialist perspective. The instrument used was an online questionnaire. The participants were 35 students from 11 undergraduate courses from the Federal University of Santa Catarina. The responses were analyzed considering the concepts of poverty and social inequality, and the theoretical-political view in relation to the causes and solutions of these phenomena. Most participants showed conceptions with a political bias, that is, without direct reference to the economic dimension, and a social democratic view in relation to causes and solutions. It was possible to conclude that students have their education with a critical perspective, prevailing, however, an ideologized understanding of the capitalist social order.

Keywords: poverty; social inequality; higher education; undergraduate degree in education

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que, em uma de suas etapas¹, analisou as concepções de pobreza e de

1 A pesquisa teve por objetivo geral, analisar se a temática “pobreza e desigualdade social” era tratada nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina e qual a concepção de pobreza e de desigualdade social dos estudantes que cursavam essas licenciaturas. Para a realização da primeira etapa desse objetivo, foi feito um estudo dos Projetos Pedagógicos dos

desigualdade social de estudantes de cursos de licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O interesse por pesquisar o tema derivou de uma proposta da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC) denominada Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (IEPDS), gestada em 2014², que partiu da constatação de que a pobreza no Brasil, apesar da sua diminuição histórica, continuava afetando crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Considerando que o Programa Bolsa Família (PBF), instituído em 2003, implicava em condicionalidade educacional para o recebimento do benefício, muitas crianças, adolescentes e jovens pobres passaram a não só estarem matriculados, mas a, efetivamente, frequentarem a escola. Portanto, tornou-se fundamental entender a relação educação, pobreza e desigualdade social.

A pobreza no Brasil, de modo geral, tem apresentado diminuição, considerando as linhas adotadas para sua medição, com aumento em momentos específicos como em 2021. Se tomarmos a linha de US\$5,5 per capita dia, adotada pelo Banco Mundial (BM) a partir de 2011, em 2021 o índice de pobreza foi de 29,4% (IBGE, 2022).³ Cabe destacar que esse aumento tem relação com a Pandemia da COVID-19 iniciada em 2020. No entanto, em 2020 houve um recrudescimento da pobreza, momentaneamente contornado pelo auxílio emergencial, mas que deixou marcas profundas na desigualdade social. Em 2020, o Brasil contava com 24,1% da sua população em situação de pobreza (IBGE, 2021), índice menor que o aferido em 2019, 24,7% (IBGE, 2020). No entanto, a pobreza continua

Cursos (PPCs) de licenciatura da UFSC. Os resultados da primeira etapa da pesquisa estão publicados em Groff e Garcia (2022).

² Informações mais detalhadas sobre a IEPDS podem ser encontradas em Medeiros (2017). A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (Secadi/Mec) foi extinta no Governo Bolsonaro e reativada no Governo Lula, iniciado em 2023, com uma pequena mudança no nome que passou a ser “Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão”. No entanto, os trabalhos relativos à IEPDS não foram reativados até a finalização deste artigo.

³ Em 2022, o Banco Mundial fez nova alteração nas linhas de extrema pobreza e de pobreza. A linha internacional usada para medir a pobreza extrema passou a ser de US\$ 2,15 por pessoa por dia, enquanto a linha de pobreza para países de renda média-alta passou a ser de US\$ 6,85. Essa alteração ainda não havia sido adotada nas estatísticas do IBGE aqui apresentadas. Informação disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2022/10/19/combate-a-pobreza-o-impacto-da-inflacao-no-poder-de-compra-das-familias>. Acesso em: 25 nov. 2023.

afetando quase $\frac{1}{4}$ da população, sendo que, segundo o IBGE, em todos os relatórios citados, a população que vive em condição de pobreza no Brasil possui raça/cor, gênero e idade, intensificando a condição de penúria de determinados grupos, como é o caso das mulheres negras pobres.

É necessário destacar que, em agosto de 2021, o Programa Bolsa Família foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil. Na troca de um Programa pelo outro ocorreu uma atualização das linhas administrativas da pobreza extrema e da pobreza. As famílias em situação de extrema pobreza passaram a ser aquelas que possuíam renda familiar mensal per capita de até R\$100,00, e aquelas em situação de pobreza, renda familiar mensal per capita entre R\$100,01 e R\$200,00. Essa atualização, por sua vez, pouco modificou a situação de penúria da população empobrecida, visto que o valor estipulado continuou abaixo da linha de pobreza de US\$5,5 sugerida pelo Banco Mundial. Com a vitória do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2022, houve uma retomada do Programa Bolsa Família. Em 2023, novas mudanças foram feitas no PBF. Foram introduzidos novos valores relativos ao Benefício Primeira Infância (R\$ 150 por criança de zero a 6 anos) e repasse de R\$ 50 para gestantes e para integrantes com idade entre 7 e 18 anos na composição familiar. A estimativa é que valor médio por família supere os R\$ 700,00, valor que, mesmo sendo melhor que o pago até 2021, também não é alentador.

Compreendemos a pobreza como uma realidade produzida pelo sistema capitalista, sendo a face mais perversa da desigualdade social. Logo, apesar da importância fundamental de programas de distribuição de renda para diminuição das carências econômicas vividas pelas famílias nessa situação, entendemos que essas políticas sociais não são a solução para o fim da desigualdade social inerente à ordem capitalista, bem como que não cabe à educação assumir como um de seus papéis, levar à erradicação da pobreza (GROFF; GARCIA, 2022). Por outro lado, se milhões de crianças, adolescentes e jovens pobres passaram a ingressar nas escolas, entendemos ser fundamental conhecer as concepções de pobreza e de desigualdade social daqueles/as que poderão atuar, especialmente, nas escolas

públicas, como é o caso dos/as estudantes das licenciaturas. Esse conhecimento é fundamental para uma compreensão posterior das relações sociais e pedagógicas que se estabelecem no interior da escola no que tange às vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza.

Este artigo apresentará, portanto, a concepção de estudantes de cursos de licenciatura sobre pobreza e desigualdade social, bem como sobre suas possíveis causas e soluções. Para tanto, explicita o percurso metodológico utilizado nesta etapa do estudo; apresenta alguns dados do perfil dos/as estudantes participantes da pesquisa; discute os resultados em diálogo com o campo teórico a respeito da temática e; sintetiza algumas considerações finais.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem, pois visou ao aprofundamento analítico sobre as concepções de pobreza e de desigualdade social daqueles/as que estavam cursando uma licenciatura (Minayo, 2007). A perspectiva teórico-metodológica adotada, o materialismo histórico dialético, implicou a construção de um conhecimento novo sobre a realidade estudada, visando a ações voltadas a transformar essa mesma realidade. Na análise, trabalhamos com o caráter dialético do objeto estudado e, ao mesmo tempo, “com a visão de um produto provisório integrando a historicidade do processo social e da construção teórica” (MINAYO, 1994, p. 27).

Portanto, pobreza e desigualdade social foram considerados fenômenos construídos historicamente que devem ser analisados a partir de sua concretude, evidenciando as contradições, interesses e ideologias que os cercam, numa perspectiva de totalidade. Isso implicou não só a consideração de elementos conjunturais, mas, também, dos elementos estruturais que determinam a configuração desses fenômenos. Nesse sentido, o estudo do referencial teórico em torno desses fenômenos foi fundamental para a análise das informações colhidas na pesquisa.

Para tanto, foi aplicado um questionário *online* com perguntas fechadas e abertas. Inicialmente, foram enviados e-mails para

estudantes com previsão de formatura para 2020.2. Nesse caso, foram solicitadas às coordenações de curso as listas de prováveis formandos/as. Após o recebimento das listas, enviamos um e-mail de sensibilização para a participação na pesquisa e, posteriormente, o questionário com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁴, em um total de 287 e-mails, o que representava o número de prováveis formandos/as (abril de 2021). Referente a essa primeira tentativa, obtivemos cinco respostas. Diante do baixo número de respostas, decidimos enviar o questionário para estudantes que se encontravam em estágio obrigatório em 2021.1. Foi solicitado aos 52 professores/as de estágio, vinculados/as ao Departamento de Metodologia de Ensino da UFSC, que enviassem, via Sistema *Moodle*, ao grupo de seus/suas estudantes e que buscassem sensibilizá-los/as para responderem (agosto de 2021). Nessa etapa, conseguimos o número de 397 estudantes matriculados/as em estágio e que, possivelmente poderiam responder ao questionário. Esse número foi obtido por meio do Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes (PAAD). Contudo, não foi possível determinar o número de estudantes que realmente recebeu o questionário, visto que não sabemos se todos os/as professores/as atenderam ao pedido. Nessa etapa, tivemos 24 respostas, entre agosto e setembro de 2021. Foi feita uma nova tentativa solicitando aos/as professores/as que enviassem o questionário para as turmas de estágio de 2021.2. Nesse caso, não conseguimos acessar o número de estudantes matriculados nos estágios, via PAAD, pois a informação não estava disponível. No entanto, podemos presumir um número próximo a 397. Nessa etapa, tivemos seis respostas entre outubro e novembro de 2021. Portanto, obtivemos, ao todo, 35 respostas ao questionário. Elas foram organizadas em tabelas para posterior análise com a identificação dos/as estudantes a partir da seguinte configuração: estudante + número referente à ordem de resposta ao questionário + nome do curso + turno de oferta quando necessário para diferenciar dois cursos da mesma área.

⁴ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Parecer nº 2.999.925.

O fato de obtermos poucas respostas, considerando o total de estudantes possivelmente alcançados pelos contatos realizados, indica algumas dificuldades em fazer pesquisas desse tipo, seja por conta da temática em si, seja pela disponibilidade dos/as estudantes em participar respondendo a um instrumento *online*. Cabe destacar que o período de realização da pesquisa de campo ocorreu, justamente, durante a pandemia da COVID 19, momento em que a Universidade estava com as atividades de ensino no formato não presencial e muitos/as estudantes, em situações peculiares em seu processo formativo e pessoal. No entanto, entendemos que as informações obtidas a partir das respostas dos/as 35 estudantes foram suficientes e atendem aos objetivos do estudo, cujo enfoque está na análise qualitativa e não estatística das concepções sobre pobreza e desigualdades social.

Perfil dos/as participantes da pesquisa

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui 28 cursos presenciais de licenciatura, distribuídos em dois Campi, quais sejam: Campus A - Ciências Biológicas (dois turnos), Ciências Sociais (dois turnos), Educação Física, Educação do Campo, Filosofia (dois turnos), Física, Geografia (dois turnos), História (dois turnos), Letras Alemão, Letras Espanhol, Letras Francês, Letras Inglês, Letras Italiano, Letras Libras, Letras Português (dois turnos), Matemática, Pedagogia, Psicologia e Química; Campus B - Matemática (dois turnos) e Química.

Responderam ao questionário, 35 estudantes de 11 cursos de licenciatura, sendo todos/as do Campus A. A Tabela 1 traz a quantidade de participantes vinculada a cada curso.

Tabela 1 - Relação dos cursos e número de estudantes respondentes por curso.

Cursos	Número de estudantes
Biologia	15
Ciências Sociais	03
Educação do Campo	01
Educação Física	02
Geografia	03

Letras Italiano	01
Letras Francês	01
Letras Português	05
Pedagogia	02
Psicologia	01
Química	01
11	35

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do questionário aplicado.

Dos/as respondentes, 23 (65,7%) cursavam a primeira graduação, enquanto 12 (34,3%) haviam iniciado outros cursos sem terem finalizado ou já haviam concluído outro curso de graduação. Considerando aqueles/as que já possuíam uma formação finalizada em nível de graduação, além de estarem cursando uma segunda graduação na área da licenciatura, dois/duas estudantes estavam cursando ou já haviam finalizado a pós-graduação em nível de doutorado, um/a em nível de mestrado e dois/duas em nível de especialização.

Quanto à faixa etária dos/as respondentes, 19 (54,3%) estavam com idades entre 20 e 24 anos, destacando-se também a faixa etária de 25 a 29 anos com 8 (22,9%) dos/as respondentes e a faixa etária de 30 a 34 anos com 4 (11,4%), sendo que 4 (11,04%) estudantes tinham 35 anos ou mais. Quanto à identidade de gênero, 25 (71,4%) identificaram-se como mulher e 8 (22,9%) como homem. Uma pessoa se identificou como não-binária e outra preferiu não responder à questão. O grande número de participantes que se identificou como mulher pode ser explicado pelo fato de termos aplicado nosso questionário junto a estudantes de cursos de licenciatura que, via de regra, são mais frequentados por pessoas que se identificam como sendo do “gênero feminino”.

Com relação à identidade racial, 29 (82,9%) se identificaram como pessoas brancas e 6 (17,2%) como negros/as (pretos/as e pardos/as), sendo que desses/as, cinco eram mulheres negras. Não tivemos a participação de estudantes indígenas na pesquisa. O baixo número de negros/as expressa as desigualdades gerais existentes na sociedade brasileira quando são analisados os dados sobre cor/raça. Segundo o IBGE (2022), as pessoas pretas ou pardas representavam, em 2021, 37,7,0% dos pobres no Brasil, e as brancas, 18,6%,

considerando a linha de US\$ 5,5. Na relação sexo e cor/raça, os dados são: homens brancos (18,1%); homens pretos ou pardos (36,5%); mulheres brancas (19,2%); mulheres pretas ou pardas (39,0%). Mesmo que o sistema de cotas tenha ampliado a participação de negros/as nas universidades, o fato de formarem a maioria da população ainda faz com que permaneçam sub-representados/as.⁵ Além disso, é necessário considerar as dificuldades relacionadas à permanência, que ainda são bastante acentuadas.

No tocante à renda pessoal, 5 (14,3%) não possuíam, 17 (48,6%) possuíam renda decorrente de estágios remunerados, bolsas de pesquisa, extensão ou de permanência e 13 (37,1%) possuíam renda resultante de trabalho formal ou informal. Quanto ao valor da renda pessoal, 8 (22,9%) possuíam uma renda de até 500,00 reais, 6 (17,1%) entre 500,00 e 1.000,00 reais, 6 (17,1%) entre 1.001,00 e 1.500,00 reais, 4 (11,4%) entre 1.501,00 e 2.000,00 reais, 4 (11,4%) entre 2.001,00 e 2.500,00 reais, 1 (2,9%) entre 3.501,00 e 4.000,00 reais e 2 (5,7%) renda maior que 5.000,00 reais.

Ao serem questionados/as se em algum momento receberam o benefício do Programa Bolsa Família, apenas quatro estudantes informaram que sim e uma não soube responder. No caso dos/as quatro estudantes que afirmaram ter sido beneficiários/as do PBF em algum momento da vida, duas são mulheres negras, um é homem negro e outro é homem branco. A estudante que não sabia se a família havia sido beneficiária é uma mulher negra. Esses dados também estão em consonância com os dados relativos à pobreza no Brasil.

Com relação aos conhecimentos adquiridos em seus cursos sobre a temática em questão, pobreza e desigualdade social, dos 35 respondentes, 16 (45,7%) disseram não ter cursado disciplinas que trabalharam com esses conteúdos, 14 (40%) disseram que sim sendo que desses, somente dois estudantes consideraram que adquiriram conhecimentos suficientes para o entendimento das questões no contexto brasileiro, e 5 responderam que não lembravam. Em

⁵ Conforme indica o site do IBGE. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

decorrência das respostas, 22 (62,8%) dos/as estudantes se sentiam inseguros/as para fazer uma análise da realidade social, 11 (31,4%) se sentiam seguros/as e 2 (5,7%), muito seguros/as. Apenas 7 (20%) dos/as estudantes consideraram que tiveram uma formação pedagógica suficiente para sua atuação como docente na escola, 21 (60%) em parte e 7 (20%) disseram que não.

Com relação à formação, tanto no que diz respeito a conhecimentos sobre a temática pobreza e desigualdade social quanto com relação à segurança no sentido de fazer uma análise da realidade social, trazemos a colaboração de Freitas (1992) que, já na década de 1990, questionava as discussões sobre a relação teoria e prática na formação de professores/as. Segundo o autor, o destaque que passou a ser dado à necessidade de mais prática se baseava na falsa ideia de que a formação teórica nos cursos de licenciatura era muito boa. No entanto, o autor afirmava que ocorria o contrário, ou seja, que a formação teórica era fraca, levando os/as estudantes a trabalharem com “[...] esquemas, caricaturas e receitas predefinidas, já que não dominam seus fundamentos” (Freitas, 1992, p. 13). Entendemos que os conteúdos de fundamento teórico são cruciais para que os/as futuros/as professores/as possam, efetivamente, fazer uma análise da realidade social.

Concepções de pobreza e desigualdade social

Neste tópico, apresentamos as concepções sobre pobreza e desigualdade social dos/as estudantes dos cursos de licenciatura. Foram criadas categorias *a posteriori* para sistematização das perspectivas dos/as estudantes a partir da análise dos aspectos enfatizados em cada resposta, sendo estas: “concepção com viés político”; “concepção com viés econômico” e; “concepção com viés político e econômico”.

No caso da categoria “concepção com viés político” da pobreza, consideramos as respostas em que a pobreza foi compreendida como a condição em que não há o suprimento das necessidades básicas para sobrevivência sem que fosse feita referência direta à renda como elemento de garantia de acesso; e em relação a desigualdade social, o

viés político das respostas se caracterizou pela ênfase dada à falta de cidadania e a não garantia dos direitos básicos, bem como à falta de oportunidades. A categoria “concepção com viés econômico” sobre pobreza representa as respostas nas quais a ausência de renda foi mencionada como determinante; e no caso da desigualdade social a categoria “concepção com viés econômico” se caracterizou pela ênfase dada à distribuição desigual de renda ou de acesso desigual a bens materiais. Nesse caso, a renda apareceu com um pouco mais de ênfase na “concepção com viés econômico de desigualdade social” em relação à “concepção com viés econômico de pobreza”. A categoria “concepção com viés político e econômico” sobre pobreza e desigualdade social, por sua vez, se caracterizou pela ênfase dada aos aspectos presentes nas duas categorias anteriores.

Tabela 2 - Número de respostas com relação à concepção de pobreza e desigualdade social.

Categoria	Pobrez a	Desigualdade Social
Concepção com viés político	25	18
Concepção com viés econômico	04	10
Concepção com viés político e econômico	03	07
Outras	03	00
Total geral	35	35

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do questionário aplicado.

Como pode ser verificado na Tabela 2, a categoria “concepção de pobreza com viés político” abarcou a ampla maioria das respostas dos/as participantes da pesquisa. Nesse conjunto de respostas, não encontramos nenhuma menção direta à renda. As respostas assim categorizadas concebem a pobreza como não suprimento das “necessidades imediatas, mínimas ou básicas”, a exemplo da resposta de um estudante do Curso de Geografia que concebia a pobreza como “Falta de acesso a condições básicas (moradia, alimentação, higiene, educação, emprego e lazer)” (Estudante 34 – Geografia – Diurno). Nessa categoria, três respostas trazem a falta de emprego como um componente da pobreza, mas como não fica claro se a referência à falta de emprego está relacionada à falta de um trabalho qualquer que resulte em um ganho ou de um trabalho formal, optamos por não

considerar essas respostas como expressando uma “concepção de viés econômico”. A forma como o “emprego” aparece em algumas respostas leva à compreensão de que ele é complementar e não que possa, pela renda auferida, ser suficiente para manter as pessoas fora da linha de pobreza.

Cabe considerar que o emprego em si não implica em recebimento de uma renda que coloque as pessoas fora da linha de pobreza. O que vemos em todo o mundo é que há uma tendência de diminuição dos salários e precarização cada vez maior do trabalho. As contrarreformas trabalhistas em curso têm levado a uma precarização constante do trabalho e a uma diminuição da renda auferida (LINS; SILVA, 2019). Podemos inferir que essa situação acabe por levar à compreensão de que o trabalho já não é mais o elemento fundamental para a garantia de acesso àquilo que, socialmente, é considerado como o básico para a sobrevivência, reforçando o que intelectuais liberais, como Dahrendorf (1992), há algum tempo, já afirmava. O autor se refere ao debate sobre a dissociação progressiva entre o trabalho e a cidadania iniciado na Europa e destaca um movimento oposto nos Estados Unidos, onde o trabalho é posto como pré-requisito para a civilização, fazendo com que a garantia do emprego se desse pela flexibilidade descendente dos salários, permitindo que as pessoas estivessem empregadas, mas continuassem pobres.

A categoria “concepção de pobreza com viés econômico” abarcou quatro das 35 respostas e representa aquelas que fizeram referência direta à renda, de certo modo, como único elemento, seja utilizando esse termo ou outro termo/descrição que remeta ao entendimento que se trata de renda, tal como indicou um/a estudante do Curso de Letras Português: “Não ter condições financeiras para acessar o necessário para uma vida digna e com qualidade como alimentação, moradia, cultura, vestuário, saúde, educação, etc.” (Estudante 16 – Letras Português – Diurno). Ou seja, quando a renda é mencionada, entende-se que ela é o elemento central e deva ser suficiente para que a pessoa não esteja na condição de pobreza, podendo, a partir dela, ter acesso ao que necessita. A categoria “concepção de pobreza com viés político e econômico” abarcou três

respostas. Nesse caso, a renda foi mencionada, mas junto a outros elementos que, de certo modo, parecem ser necessários como complementares, a exemplo do que expressou um/a estudante do Curso de Educação Física: “Acredito que pobreza vá ao encontro, principalmente, da falta de dinheiro e acesso a políticas públicas. Pobreza é quando você não tem garantia do mínimo para subsistência sua e da sua família” (Estudante 5 – Educação Física). Três respostas não se encaixaram nas categorias anteriormente apresentadas, sendo caracterizadas como “outras”, a exemplo da resposta de um/a estudante do Curso de Educação Física que disse: “Acho que [pobreza] é uma questão mais subjetiva do que desigualdade social” (Estudante 6 – Educação Física).

No caso das categorias em que o viés econômico está presente, entendemos que ao mencionarem a renda, os/as respondentes indicam que mesmo que políticas sociais sejam importantes para o enfrentamento da pobreza, a renda deve ser elemento constitutivo para esse enfrentamento. Não é possível afirmar que os/as estudantes que não fizeram indicação direta à ausência de renda na sua concepção de pobreza ignorem esse elemento. No entanto, a não inclusão pode levar a alguns questionamentos, postos adiante.

A distinção entre as categorias “concepção de pobreza com viés político” e “concepção de pobreza com viés econômico” nos parece importante visto que a renda, seja resultado de um trabalho remunerado, seja resultado de transferência via política estatal, acabou sendo, de certo modo, ocultada na ampla maioria das respostas. Mesmo que possamos ter a compreensão de que o acesso aos bens e serviços citados nas respostas que representam a “concepção de pobreza com viés político” dependa, em grande medida, da renda, seu ocultamento merece atenção. Podemos trabalhar com algumas hipóteses para refletir sobre esse fato: 1) Se a pessoa é pobre é porque não tem acesso a uma renda que lhe permita adquirir, por conta própria, os bens e serviços de que necessita. Nesse caso, são esses bens e serviços que devem ser disponibilizados para que saia da pobreza, colocando-a na condição de poder, posteriormente, dar conta do suprimento de suas necessidades a

partir do acesso a uma renda; 2) A percepção de que a oferta de uma renda via política social não seja a melhor opção visto que as pessoas possam não saber ou optem por não utilizar o benefício de modo a, efetivamente, suprir aquelas necessidades consideradas “mais essenciais”, tampouco para possibilitar um aprimoramento para uma saída dessa condição; 3) A compreensão de que a renda auferida pelas pessoas em situação de pobreza, seja via trabalho seja via política social, será sempre insuficiente, o que indica a necessidade de oferta de bens e serviços, relativizando a importância dessa renda no processo de combate à pobreza.

Com relação à desigualdade social, a maioria dos/as estudantes apresentou “concepções com viés político” atreladas à falta de direitos e de oportunidades. Um exemplo de concepção com viés político é a resposta de um/a estudante do Curso de Ciências Biológicas, quando disse que: “A desigualdade social configura-se quando as pessoas não possuem as mesmas condições para desfrutarem das oportunidades ou quando não há nem se quer a oferta das mesmas oportunidades para todos” (Estudante 25 – Ciências Biológicas - Diurno). No caso das “concepções com viés econômico”, destacam-se respostas como a de um/a estudante do Curso de Letras Português: “[desigualdade social] É quando uma camada da população possui muito economicamente e socialmente, enquanto outras possuem pouco ou quase nada” (Estudante 12 – Letras Português - Diurno). Poucas foram as respostas que articularam elementos com viés econômico e político, tal como a resposta de um/a estudante do Curso de Letras Francês: “Diferença de educação, remuneração e oportunidade entre as classes sociais” (Estudante 4 – Letras Francês).

Observamos nas respostas dos/as estudantes das licenciaturas uma prevalência de concepções, tanto de pobreza como de desigualdade social, atreladas a um viés político. Ou seja, falta do suprimento de necessidades básicas para viver, de direitos, de cidadania e de oportunidades. Na análise das causas e soluções, a seguir, discutiremos como essas concepções se alinham a

determinadas perspectivas teórico-políticas sobre os fenômenos pobreza e desigualdade social.

Pobreza e desigualdade social: causas e soluções

Com relação às causas e às soluções da pobreza e da desigualdade social, consideramos interessante analisá-las a partir da verificação da visão teórico-política da qual as respostas se aproximam ou indicam diretamente. Para tanto, optamos por utilizar três visões teórico-políticas para a análise, quais sejam: liberal/neoliberal, socialdemocrata e marxista. A visão liberal/neoliberal incorpora respostas que indicam que a pobreza é, prioritariamente, uma responsabilidade individual (meritocracia), que suas causas estão relacionadas à falta de esforço/aspiração, mesmo que possa haver uma intervenção do Estado com algum tipo de auxílio, mas tendo o mercado como lócus de solução. Nesse caso, a desigualdade social também reflete o empenho e esforço de cada um. A visão socialdemocrata incorpora as respostas que indicam a pobreza como um fenômeno social, resultado de relações de classe cuja solução passa por uma intervenção do Estado no sentido de ofertar às pessoas, por meio de políticas sociais ou pela garantia do desenvolvimento econômico, aquilo que não conseguem ter acesso por conta própria. A defesa dos direitos humanos, o combate às formas de discriminação e preconceito, a defesa da distribuição de renda, de oportunidades, de relações globais mais equânimes também são elementos que configuram essa visão, o que expressa, também, a possibilidade de diminuição das desigualdades sociais. A visão marxista incorpora as respostas que indicam a pobreza como resultado das relações sociais capitalistas não tendo, portanto, uma solução dentro dessa própria ordem social. Assim, a única possibilidade de solução seria a destruição desse sistema e a construção de outro cuja lógica parta do estabelecimento de relações onde cada um/a oferte aquilo que é a sua capacidade e receba aquilo que é a sua necessidade, conforme especifica Marx (1875?).

Causas da pobreza e da desigualdade social

As respostas permitem identificar, conforme Tabela 3, que a grande maioria dos/as estudantes assumiu uma perspectiva socialdemocrata sobre as causas da pobreza e da desigualdade social, seguida de um grupo que assumiu a perspectiva marxista. Não identificamos, diretamente, nenhum/a participante cuja perspectiva fosse liberal/neoliberal. A análise das causas a partir das perspectivas teórico-políticas reforça nossas considerações acerca da categorização das concepções de pobreza e de desigualdade social dos/as estudantes apresentada anteriormente.

Tabela 3 – Visão teórico-política e número de respostas dos/as estudantes sobre as causas da pobreza e desigualdade social.

Categoria	Pobreza	Desigualdade Social
Marxista	10	08
Socialdemocrata	18	20
Liberal/neoliberal	00	00
Respostas que dificultam a definição entre socialdemocrata e liberal	06	03
Respostas que não permitem a identificação	01	04
Total geral	35	35

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do questionário aplicado

A perspectiva socialdemocrata sobre as causas da pobreza se expressou em falas como esta: “Falta de oportunidades de inclusão social por meio da educação e da inserção no mercado de trabalho, auxílios e incentivos governamentais insuficientes” (Estudante 2 – Letras Português – Diurno). Por sua vez, a perspectiva marxista apareceu em falas deste tipo: “Sistema capitalista e esse pensamento de lucrar acima das pessoas” (Estudante 31 – Ciências Biológicas – Noturno). As respostas que dificultaram a identificação da visão teórico-política (se liberal ou socialdemocrata) podem ser exemplificadas pela fala seguinte: “Falta de oportunidade para essas pessoas para que consigam uma boa formação acadêmica, no qual terão um bom emprego e com isso terão renda e moradia” (Estudante 3 – Educação do campo).

As três causas mais citadas em relação à pobreza foram, respectivamente, a desigualdade social (citada por cinco estudantes como causa única e por seis junto a outras causas), o sistema capitalista (citado por oito estudantes como causa única e por três junto a outras causas) e a falta de oportunidades (citada por um/a estudante como causa única e por cinco junto a outras causas). Diversas outras causas foram sinalizadas pelos/as participantes, mas em sua maioria com uma ou duas aparições nas respostas, em sua ampla maioria relacionadas à perspectiva socialdemocrata.

Nenhum/a dos/as participantes indicou a ausência de renda como resposta direta. Contudo, tivemos respostas com indicações correlatas como no caso da má distribuição de renda que apareceu em sexto lugar, junto com outras três causas indicadas – má administração do governo, falta de políticas públicas e, colonização. O “desemprego” aparece em quarto lugar. Também tivemos a indicação da “falta de trabalho e salário dignos” uma vez junto a outras causas. Podemos ver que, para os/as estudantes, renda e trabalho não parecem se constituir como centrais tanto nas concepções de pobreza quanto na definição das causas que levam a ela.

A perspectiva socialdemocrata sobre as causas da desigualdade social se expressou em falas como esta: “Falta de empregos; empregos remunerados injustamente; trabalhos informais; descaso com políticas públicas de distribuição de renda; falta de políticas de taxaço de grandes fortunas que se voltem a políticas de inclusão *ad infinitum*” (Estudante 2 – Letras Português – Diurno). A perspectiva marxista apareceu em falas como: “Para mim a desigualdade social é causada por uma forma específica de organização da sociedade, o sistema capitalista é um grande fator que causa a desigualdade social” (Estudante 33 – Pedagogia). As respostas que dificultaram a identificação da visão teórico-política (se liberal ou socialdemocrata) podem ser exemplificadas pela fala seguinte: “A má administração do país ao longo dos anos” (Estudante 21 – Ciências Biológicas – Diurno).

As quatro causas mais citadas em relação a desigualdade social foram, respectivamente, o sistema capitalista (indicada sete vezes

como causa única e seis junto a outras causas), a má distribuição de renda (indicada duas vezes como causa única e cinco junto a outras causas), e a má administração do governo e falta de educação/qualificação (indicadas duas vezes como causa única e três junto a outras causas). Outras causas também foram sinalizadas pelos/as participantes, em sua maioria com uma ou duas aparições nas respostas, sendo que, da mesma forma que no caso das causas da pobreza, em sua ampla maioria relacionadas à perspectiva socialdemocrata.

Soluções para pobreza e para a desigualdade social

Seguindo a forma de análise das causas da pobreza e da desigualdade social, as respostas permitem identificar, conforme Tabela 4, que a grande maioria dos/as estudantes assumiu uma perspectiva socialdemocrata sobre as soluções para pobreza e para a desigualdade social, seguida, também, de um grupo que assumiu a perspectiva marxista. Como era esperado, considerando as perspectivas relacionadas às causas, não identificamos, diretamente, nenhum/a participante com perspectiva liberal/neoliberal.

Tabela 4 - Visões teórico-políticas e número de respostas dos/as estudantes sobre as soluções da pobreza e desigualdade social.

Categoria	Pobreza	Desigualdade Social
Marxista	06	07
Socialdemocrata	23	23
Liberal/neoliberal	00	00
Respostas que dificultam a definição entre socialdemocrata e liberal	04	02
Respostas que não permitem a identificação	02	03
Total geral	35	35

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do questionário aplicado.

A perspectiva socialdemocrata sobre as soluções para pobreza se expressou em falas como esta: “Investir na educação e saúde pública, promover oferta de trabalho, enfrentar o racismo e a discriminação contra as mulheres, tributar lucros e heranças, entre

outros” (Estudante 13 – Pedagogia). A perspectiva marxista pode ser representada pela seguinte fala: “A abolição do sistema de classes sociais” (Estudante 32 – Ciências Sociais – Noturno). As que se mostraram indefinidas entre as perspectivas socialdemocrata e liberal podem ser representadas por esta fala: “Mais oportunidades de empregos” (Estudante 28 – Ciências Biológicas – Diurno).

As soluções para a pobreza e para desigualdade social indicadas pelos/as estudantes guardam relação direta com as concepções e causas indicadas anteriormente. A maioria deles/as indicou como solução para a pobreza o investimento em políticas públicas, tais como saúde, segurança pública, inclusão social, habitação e educação (indicada uma vez como única solução e 16 vezes junto a outras). A mesma indicação foi feita como solução para a desigualdade social (indicada 15 vezes junto a outras). A segunda e terceira soluções para a pobreza mais citadas, mas com baixa frequência considerando os/as 35 respondentes, foram a distribuição de renda (indicada duas vezes como única solução e sete vezes junto a outras), que no caso da desigualdade social ficou em terceiro lugar (indicada uma vez como solução única e cinco junto a outras), e o fim do capitalismo (indicado seis vezes como única solução), que no caso da desigualdade social ficou em segundo lugar (indicado sete vezes como solução única).

Assim, observamos que em relação à solução dessas problemáticas, prevalecem proposições reformistas do sistema capitalista, pois o foco está no melhoramento das condições de vida das pessoas pobres via políticas públicas sem, no entanto, afetar necessariamente o sistema que produz e reproduz a desigualdade social e a pobreza.

A educação, política social que sempre ganha destaque, tanto nos discursos políticos quanto na própria análise acadêmica sobre pobreza e desigualdade social, como fundamental para sua diminuição, foi pouco referenciada como solução⁶ de modo explícito pelos/as participantes do estudo. A falta de investimento em educação apareceu junto à falta de qualificação duas vezes como

⁶ Como causa da pobreza, a “falta de educação/qualificação” ficou em quinto lugar com quatro referências junto a outras causas.

causa única. Mesmo que possamos entender que ela é uma política pública e que, portanto, pode estar implícita no rol daqueles/as que indicaram as políticas públicas como solução, sua não aparição explícita merece considerações. Quanto a esse aspecto, Garcia e Silva (2019) concluíram, a partir de uma pesquisa que analisou as concepções de educação e pobreza de 808 cursistas dos Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social⁷, que o papel da educação no combate à pobreza pode estar sendo relativizado, visto que os/as participantes dos cursos também não deram destaque à educação como solução para a pobreza e para a desigualdade social. Como a educação é considerada, via de regra, fundamental para a empregabilidade, o fato de as crises do capital estarem mantendo um exército de milhões de trabalhadores/as (muitos deles/as altamente qualificados) na condição de desempregados/as ou subempregados/as também colabora para essa pouca referência à educação. Ainda cabe lembrar que o emprego, em si, também não é garantia para estar fora da situação de pobreza, especialmente quando se vê uma forte depreciação dos salários.

Nesse sentido, Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019) afirmam que políticas que visam à redução da pobreza, tomando a educação como via, acabam enfrentando dois obstáculos: 1) inércia demográfica, que faz com que os impactos demorem muito tempo até terem relevância e; 2) declínio dos retornos pela educação visto o aumento da oferta de força de trabalho qualificada. A partir desses obstáculos, concluem que “[...] o combate à desigualdade e à pobreza por meio da elevação da qualificação e, por conseguinte, das rendas do trabalho parece encontrar barreiras muito severas” (Medeiros; Barbosa; Carvalhaes, 2019, p. 43).

Outro aspecto a ser destacado é o fato de a criação de empregos, apontada como solução fundamental por liberais/neoliberais, mas também por socialdemocratas, também não ter ganhado ênfase como

⁷ O Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social foi realizado na UFSC em 2015/2016 e o Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social foi realizado na UnB em 2017/2018.

solução para a pobreza e para a desigualdade social. A criação de emprego foi posta como solução para a pobreza em uma resposta como única e em duas junto a outras soluções. Como solução para a desigualdade social apareceu em apenas 3 respostas junto a outras soluções. Também foi indicada como solução a oferta de trabalho/salário digno em uma resposta junto a outras⁸.

Considerações finais

A análise mostrou que a maioria dos/as estudantes que participaram da pesquisa apresentou uma “concepção de pobreza com viés político” – condição onde não há o suprimento das necessidades básicas para sobrevivência sem que seja feita referência à renda como elemento de garantia de acesso. sentido, enfatizaram o investimento em políticas públicas (saúde, segurança pública, inclusão social, habitação, educação⁹) como a principal solução para a pobreza, indicando uma vinculação à perspectiva socialdemocrata. Dos 35 respondentes, 11 indicaram o sistema capitalista como causa da pobreza, sendo que desses, oito indicaram como causa única. Sobre a solução para a pobreza, somente seis indicaram que seria a superação do próprio sistema. Os/as que indicaram o capitalismo como causa única foram considerados como vinculados a uma perspectiva teórico-política marxista.

Da mesma forma, a maioria apresentou uma “Concepção de desigualdade social com viés político” – ausência de cidadania; não garantia dos direitos básicos; falta de oportunidade –, o que nos levou a caracterizar essa maioria como tendo, também, uma perspectiva socialdemocrata. Mesmo que o sistema capitalista tenha sido apontado como causa das desigualdades sociais por 13 dos/as respondentes, apenas sete deram respostas que indicavam que a desigualdade social não teria solução nessa ordem e, por isso,

⁸ O desemprego apareceu como causa para a pobreza uma vez como causa única e três vezes junto a outras causas; e para a desigualdade social apareceu apenas uma vez junto a outras causas, por isso não recebeu destaque quando apresentamos as causas.

⁹ Cabe considerar as observações feitas anteriormente sobre a vinculação da falta de educação/qualificação como causa, bem como a sua oferta como solução para a pobreza e a desigualdade social.

indicaram a superação do capital como solução. Esses foram caracterizados como tendo uma perspectiva teórico-política marxista.

Entendemos que a vinculação da ampla maioria dos/as estudantes à perspectiva teórico-política socialdemocrata reflete a força que ela ainda possui. Tal perspectiva coloca o Estado como responsável por resolver os problemas que geram as diversas desigualdades, especialmente, a pobreza, e como instrumento fundamental para regular os “desmandos” do capital, ou seja, controlá-lo. No entanto, como nos diz Mészáros (2002), o sistema sociometabólico do capital é incontrolável. Portanto, parece haver uma incompreensão com relação aos limites da atuação do Estado que, ao fim e ao cabo, não pode resolver visto ser parte da própria lógica que causa os problemas.

De acordo com Garcia (2012, p. 254),

O enfraquecimento das proposições revolucionárias reforçou o fortalecimento da estratégia reformista da “socialdemocracia” que acabou suplantando, inicialmente na Europa, os antigos partidos comunistas. A socialdemocracia representou a busca de conciliação entre capital e trabalho. Se inicialmente havia uma perspectiva de alcance do socialismo via reformas, posteriormente foi assumida a possibilidade de adaptações ao próprio sistema capitalista, adaptações estas que deveriam satisfazer a todos. Esta “nova ordem” garantiria uma melhor distribuição da riqueza entre burgueses e proletários.

Tanto as causas como as soluções para a pobreza e para a desigualdade social, apresentadas pela maioria os/as estudantes, indicam que o Estado deva ser um elemento central quando se trata da busca do controle/diminuições/erradicação da pobreza. Isso se daria, principalmente, pela implantação de políticas públicas, especialmente das políticas sociais, pela distribuição de renda e pela garantia de direitos, questões de fundo do discurso socialdemocrata quando se trata de pobreza e desigualdade social.

O discurso socialdemocrata trabalha também com a defesa da necessidade de formação do cidadão, o que, na nossa compreensão, acaba por servir como instrumento ideológico, ao pressupor que o exercício da cidadania, por si, pode levar à construção da “sociedade

justa”. Concordamos com Mészáros (2008), para quem a reprodução bem-sucedida da dominação só se realiza com a intervenção ativa de poderosos fatores ideológicos.

Na introdução deste artigo chamamos a atenção para a importância de conhecermos como está se dando a formação dos/as futuros/as professores/as em cursos de licenciatura, mais especificamente, para entender como essa formação tem tratado a temática “pobreza e desigualdade social” e qual a concepção de pobreza e de desigualdade social dos/as estudantes que cursavam essas licenciaturas. A análise dos PPCs dos cursos de licenciatura da UFSC, feita na primeira etapa da pesquisa, mostrou que, para além da Licenciatura em Ciências Sociais, apenas os cursos de Licenciatura em Psicologia e Pedagogia tinham disciplinas específicas de sociologia. Entendemos que as disciplinas pedagógicas nas áreas de Organização Escolar, Psicologia Educacional, Didática, Metodologias de Ensino (específica para cada curso) e Teorias da Educação (não presente em todos os cursos) não dão conta de suprir a necessidade dos fundamentos filosóficos e sociológicos necessários a uma formação sólida, levando a uma limitação quando as possibilidades de interpretação da realidade.

A etapa da pesquisa ora relatada mostrou que, com relação aos conhecimentos adquiridos em seus cursos sobre a temática pobreza e desigualdade social, quase metade dos/as respondentes não cursaram nenhuma disciplina que tratasse dessa temática. Entre aqueles/as que cursaram, somente dois estudantes informaram que adquiriram conhecimentos suficientes para o entendimento dessas questões no contexto brasileiro. Também verificamos que mais da metade dos/as estudantes se sentiam inseguros/as para fazer uma análise da realidade social, sendo que apenas 20% consideraram que tiveram uma formação pedagógica suficiente para sua atuação como docente na escola. Isto decorre, certamente, da formação ofertada.

Considerando os aspectos apresentados, podemos inferir que a formação dos/as licenciandos/as da UFSC, em sua maioria, se dá a partir de uma perspectiva crítica, mas que, ao fim e ao cabo, leva a uma compreensão ideologizada da ordem social capitalista.

Referências bibliográficas

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo: Zahar/EDUSP, 1992.

FREITAS, L. C. de. Em direção a uma política para a formação de professores. **Em Aberto**, Brasília, ano 12, n.54, p. 2-22, abr./jun. 1992. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2178/1917>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GARCIA, A.V. **A pobreza humana**: concepções, causas e soluções. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012. Disponível em: https://issuu.com/editoriaemdebate/docs/pobreza_humana. Acesso em: 13 ago. 2018.

GARCIA, A.V.; SILVA, R.M. A centralidade da educação no combate à pobreza: a visão de profissionais que atuam com populações empobrecidas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 2, p. 481 - 500, jun./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13067>. Acesso em: 23 nov. 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROFF, A. R.; GARCIA, A. V. A temática pobreza e desigualdade social nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura. **Perspectiva**, v.40, n.4. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2022.e85864>. Acesso em: 16 jul. 2026.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LINS, V.F.; SILVA, A.O. da. As reformas trabalhistas no mundo: a flexibilização no tempo de trabalho e na remuneração como vetor de precarização. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 248, p. 481-513, set./dez., 2019. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/538/469>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MARX, K. Crítica ao Programa d Gotha. In: Marx, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas vol.2**. São Paulo: Alfa-Omega, [1875?].

MEDEIROS, S. Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social: concepção e instituição. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 99, p. 115-128, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o%2C+pobreza+e+desigualdade+social/efb70131-096d-488f-b01e-9a94faa424db?version=1.1>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MEDEIROS, M.; BARBOSA, R.J.; CARVALHAES, F. Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil. **Textos para Discussão** (2447). IPEA, Rio de Janeiro, fev. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9100/1/td_2447.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo/Editora da UNICAMP, 2002.

MINAYO, M.C.de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-29.

Sobre os autores

Apoliana Regina Groff

apoliana.groff@ufsc.br

Doutora em Psicologia, docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional (LAPEE/UFSC).

Adir Valdemar Garcia

adir.vg@ufsc.br

Doutor em Sociologia Política, docente do Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).